



**MUNICÍPIO
DE ITUPEVA**
ESTADO DE SÃO PAULO

CONTROLADORIA GERAL



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITUPEVA**

Relatório de Controles Internos

Maio de 2021
(Análise do 2º semestre de 2020)



ÍNDICE

1	Regulamentação.....	02
2	Execução Orçamentária	03
2.1	Resultado da Execução Orçamentária – RECEITAS.....	03
2.2	Resultado da Execução Orçamentária – DESPESAS.....	03
3	Contabilidade.....	04
3.1	Evolução do Patrimonial.....	04
3.2	Ordem Cronológica dos Pagamentos.....	05
3.3	Informações no Audep	05
4	Investimentos.....	06
4.1	Instituições Credenciadas.....	08
5	Parcelamentos Previdenciários.....	08
6	Contribuições Previdenciárias.....	09
7	Taxa de Administração.....	11
8	Base Cadastral Atualizada.....	11
9	Servidores integrantes do Regime Próprio de Previdência.....	12
9.1	Remuneração dos Dirigentes	13
9.2	Prestação de informações Audep Fase III exigidas no período.....	13
10	Concessão de benefícios.....	14
10.1	Benefícios Permanentes.....	14
10.2	Benefícios Temporários.....	16
11	Certificado de Regularidade Previdenciária.....	16
12	Compensação Previdenciária.....	16
13	Atuarial.....	17
14	Licitações e Contratos.....	17
14.1	Licitações.....	17
14.2	Aditivos contratuais.....	17
15	Adiantamentos.....	18
16	Regularidade Fiscal.....	18
17	Denúncias / Representações / Expedientes.....	18
17.1	Processos junto ao TJ/SP.....	19
18	Transparência	19
19	Conselhos Deliberativo e Conselho Fiscal.....	19
20	Pró-Gestão.....	20
21	Conclusão.....	20



**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
2º SEMESTRE/2020**

A **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, instituída pela Lei Complementar n.º 332 de 19 de março de 2013 e suas alterações, no uso de suas atribuições, com especial observância ao seu art. 23, apresenta **RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO** face as atividades da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência do Município, Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itupeva – Itupeva Previdência, no **SEGUNDO** semestre do ano de 2020.

“Art. 23. O Sistema Municipal de Controle Interno, instituído por esta Lei Complementar, tem como finalidade exercer a atividade de auditoria interna nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Itupeva.” (Lei Complementar n.º 332/2013)

Para a confecção do presente relatório observou-se o Manual de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em relação as especificidades dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Neste período, em análise aos documentos e planilhas apresentadas, podemos constatar o seguinte:

1. Regulamentação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores:

o Regime de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Itupeva foi criado pela Lei Complementar Municipal nº 388 de 11 de novembro de 2015, com alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº:

- ✓ 423 de 20/12/2017: alteração do Plano de Custeio (alteração de alíquota);
- ✓ 440 de 25/09/2018: alteração do critério de segregação de massa;
- ✓ 443 de 13/03/2019: adota IPCA como índice oficial para atualização de débitos;
- ✓ 478 de 03/01/2020: alteração do Plano de custeio e Plano de Benefícios (EC 103/2019);
- ✓ 483 de 20/02/2020: Reforma Administrativa.



2. Execução Orçamentária

2.1. Resultado da Execução Orçamentária – RECEITAS

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Receitas e aferimos o seguinte resultado no semestre em exame:

Natureza da Receita	Previsão de arrecadação no semestre	Receita Arrecadada						Total Geral	Resultado
		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
12180111-CPSSS do Servidor Civil Ativo	6.086.500,00	896.983,86	29.162,97	902.698,41	1.780.591,42	475.106,94	2.015.033,88	6.099.577,48	100%
72180311-CPSSS Patronal do Servidor Civil Ativo	5.550.500,00	815.723,65	592.913,05	30.047,31	30.047,31	30.285,00	60.603,96	1.559.620,28	28%
72180312-CPSSS Patronal Multas e Juros	1.000,00	58.544,91	27.840,01	33.598,03	70.921,95	17.132,26	71.025,76	279.062,92	100%
72180411-CPSSS Patronal Parcelamento de débitos	1.938.500,00	169.399,51	193.559,35	308.467,09	227.963,54	230.971,42	232.777,71	1.363.138,62	70%
79909911-Receitas diversas Tx de Administração	816.500,00	4.255,60	4.255,60	166.924,18	166.924,18	4.255,60	4.255,54	350.870,70	43%
79909912-Receitas diversas Tx de Administração multa e juros	0,00	0,00	0,00	9.548,88	10.781,80	0,00	0,00	20.330,68	100%
Total Geral	14.393.000,00	1.944.907,53	847.730,98	1.451.283,90	2.287.230,20	757.751,22	2.383.696,85	9.672.600,68	67%

No período analisado verificamos a suspensão do repasse das contribuições previdenciárias de responsabilidade patronal, decorrente da Lei 2190 de 1/09/2020, das competências que tiveram o vencimento a partir de março de 2020.

Em relação as contribuições consignadas do servidor verificamos a ausência de repasse das competências de outubro (Fundo Financeiro), novembro e dezembro.

O Saldo devedor de contribuições previdenciárias em atraso era de R\$ 10.785.516,01 em 31/12/2021.

Ademais disso, a Prefeitura também deixou de realizar o pagamento da Taxa de Administração das competências de abril à dezembro no valor de R\$ **1.464.017,22**. Verificar item 7 deste relatório.

2.2. Resultado da Execução Orçamentária - DESPESAS

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Despesas e aferimos o seguinte resultado no semestre em exame:



Natureza da Despesa	Previsão no semestre	Realização no Semestre							Resultado
		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total Geral	
Outras Despesas correntes	642.500,00	111.110,70	24.581,15	29.140,18	27.283,00	33.420,65	29.410,43	254.946,11	40%
Pessoal e Encargos	922.000,00	63.912,37	51.741,80	52.460,15	53.314,26	52.442,30	81.001,11	354.871,99	39%
Pensões	90.000,00	9.263,66	11.532,45	9.882,25	9.882,25	12.828,75	13.483,53	66.872,89	74%
Total Geral	1.654.500,00	184.286,73	87.855,40	91.482,58	90.479,51	98.691,70	123.895,07	676.690,99	41%

No mais, as análises efetuadas demonstram que foram realizados gastos administrativos dentro do limite de 2% constantes do Orçamento Anual do Itupeva Previdência. O exame documental da despesa revelou regularidade de instrução formal. Os limites de despesas se mostraram compatíveis com o planejamento orçamentário realizado.

3. Contabilidade

Os bens, direitos e ativos foram avaliados de acordo com a Lei nº 4.320/64.

Foi utilizado o PCASP, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público conforme portaria MPS n.º 209/2013.

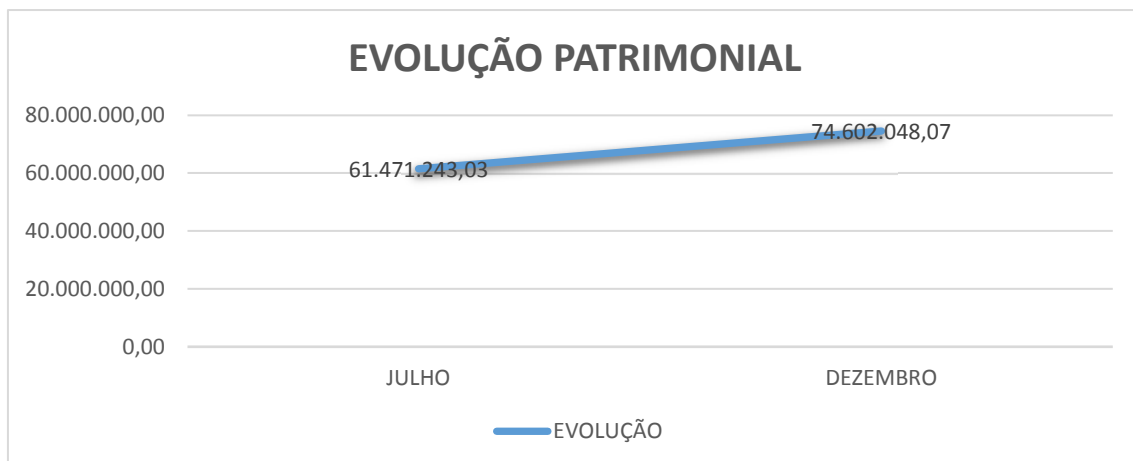
Verificou-se que há registro contábil individualizado das contribuições dos servidores e dos entes patrocinadores.

Há contas específicas para os fundos financeiro e previdenciário, distinta da conta geral do Município

3.1. Evolução Patrimonial no semestre

Nota-se que a evolução patrimonial no semestre em análise teve retorno acumulado positivo.

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acumulado	Retorno Mês %	Retorno Acumulado %	meta Mês	Meta Acumulada
Julho	61.471.243,03	1.677.544,06	183.618,44	64.332.265,33	1.367.096,68	1.286.424,83	2,17%	1,89%	0,88%	3,84%
Agosto	64.332.265,33	1.257.100,23	90.716,66	65.076.189,58	-422.459,32	863.965,51	-0,64%	1,23%	0,72%	4,59%
Setembro	65.076.189,58	1.453.773,28	87.159,66	65.719.668,52	-723.134,68	140.830,83	-1,09%	0,13%	1,12%	5,76%
Outubro	65.719.668,52	1.820.157,96	94.620,76	67.430.642,51	-14.563,21	126.267,62	-0,02%	0,11%	1,34%	7,18%
Novembro	67.430.642,51	1.224.823,46	98.646,67	70.368.729,60	1.811.910,30	1.938.177,92	2,64%	2,75%	1,35%	8,62%
Dezembro	70.368.729,60	4.820.870,16	2.567.800,24	74.602.048,07	1.980.248,55	3.918.426,47	2,73%	5,56%	1,86%	10,64%



3.2. Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno aferiu cumprimento das obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

3.3. Informações no Audesp

Prestação de informações contábeis e orçamentárias ao TCE-SP exigidas no período:

Tipo de Documento	Mês	Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no prazo	Data de Entrega
Balancete Isolado – Conta – Contábil	Julho	24/08/2020	Sim	Sim	12/08/2021
	Agosto	21/09/2021	Sim	Sim	15/09/2020
	Setembro	20/10/2020	Sim	Sim	14/10/2020
	Outubro	23/11/2020	Sim	Sim	11/11/2020
	Novembro	14/01/2021	Sim	Sim	09/12/2020
	Dezembro	01/02/2021	Sim	Sim	27/01/2021
Balancete Isolado – Conta – Corrente	Julho	24/08/2020	Sim	Sim	12/08/2021
	Agosto	21/09/2021	Sim	Sim	15/09/2020
	Setembro	20/10/2020	Sim	Sim	14/10/2020
	Outubro	23/11/2020	Sim	Sim	11/11/2020
	Novembro	14/01/2021	Sim	Sim	09/12/2020
	Dezembro	01/02/2021	Sim	Sim	27/01/2021
Atualização de cadastro geral de entidades – Mensal	Julho	10/08/2020	Sim	Sim	03/08/2020
	Agosto	10/09/2020	Sim	Sim	03/09/2020
	Setembro	13/10/2020	Sim	Sim	08/10/2020
	Outubro	10/11/2020	Sim	Sim	03/11/2020
	Novembro	10/12/2020	Sim	Sim	01/12/2020
	Dezembro	12/01/2021	Sim	Sim	06/01/2021



Fundos de Investimentos	Julho	10/09/2020	Sim	Sim	03/09/2020
	Agosto	13/10/2020	Sim	Sim	13/10/2020
	Setembro	11/11/2020	Sim	Sim	09/11/2020
	Outubro	10/12/2020	Sim	Sim	09/12/2020
	Novembro	14/01/2021	Sim	Sim	11/01/2021
	Dezembro	18/02/2021	Sim	Sim	18/02/2021
Conciliações Bancárias Mensais	Julho	03/09/2020	Sim	Sim	03/09/2020
	Agosto	01/10/2020	Sim	Sim	01/10/2020
	Setembro	30/10/2020	Sim	Sim	30/10/2020
	Outubro	03/12/2020	Sim	Sim	02/12/2020
	Novembro	26/01/2021	Sim	Sim	26/01/2021
	Dezembro	01/03/2021	Sim	Sim	01/03/2021
Demonstrativo de Receitas Previdenciárias	Julho	10/09/2020	Sim	Sim	03/09/2020
	Agosto	13/10/2020	Sim	Sim	09/10/2020
	Setembro	11/11/2020	Sim	Sim	09/11/2020
	Outubro	10/12/2020	Sim	Sim	09/12/2020
	Novembro	12/01/2021	Sim	Sim	11/01/2021
	Dezembro	10/02/2021	Sim	Sim	10/02/2021
Demonstrativo de Rent. E Evolução da Carteira	Julho	10/11/2020 (trimestral)	Sim	Sim	09/11/2020
	Agosto				
	Setembro				
	Outubro	10/02/2021 (trimestral)	Sim	Sim	10/02/2021
	Novembro				
	Dezembro				
Demonstrativo de Parcelamento	Julho	13/10/2020 (quadrimestral)	Sim	Sim	13/10/2020
	Agosto				
	Setembro	10/02/2021 (quadrimestral)	Sim	Sim	10/02/2021
	Outubro				
	Novembro				
	Dezembro				

De acordo com Comunicado Audesp n. 043/2020 publicado em 02/06/2020, o questionário sobre transportes teve a obrigatoriedade de entrega suspensa por período indeterminado

4. Investimentos

Todas as aplicações dos recursos estão de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 3.922/10).

Não foram utilizados recursos previdenciários para empréstimos de qualquer natureza.

Todas as APR's estão assinadas e publicadas no site.

Não foram realizadas aquisição de títulos públicos.



Os investimentos do período foram realizados, em sua maioria, aproveitando as oportunidades em renda variável, mantendo grande exposição que alcança 23,34% (31/12/2020), no período analisado. As aplicações foram realizadas por decisão do Comitê de Investimentos e homologadas pelo Conselho Deliberativo, conforme atribuição concedida pelo art. 8º, XII da LC 483/2020. As alocações respeitaram os limites da Política de Investimentos de 2020. A Meta atuarial no semestre não foi cumprida (intercorrência no cenário econômico mundial em decorrência da pandemia por Coronavírus). Verificou-se que a meta atingiu 52,22% do objetivo.

Enquadramentos na Resolução 3.922/2010 e Política de Investimento (RENDA FIXA) - base (Dezembro / 2020)

Artigos - Renda Fixa	Resolução Pró Gestão - Nível 1	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2020			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'a'	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	7.460.204,81
Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	100,00%	36.251.418,04	48,59%	20,00%	50,00%	90,00%	30.890.425,22
Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	65,00%	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	60,00%	44.761.228,84
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea 'a'	45,00%	20.879.453,54	27,99%	10,00%	15,00%	40,00%	8.961.365,69
Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	20,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	3.730.102,40
Artigo 7º, Inciso VI, Alínea 'a'	15,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	3.730.102,40
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea 'b'	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	3.730.102,40
Total Renda Fixa	100,00%	57.130.871,58	76,58%	30,00%	70,00%	215,00%	

Enquadramentos na Resolução 3.922/2010 e Política de Investimento (RENDA VARIÁVEL E EXTERIOR) - base (Dezembro / 2020)

Artigos - Renda Variável	Resolução Pró Gestão - Nível 1	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2020			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 8º, Inciso I, Alínea 'a'	35,00%	2.562.427,52	3,43%	0,00%	3,00%	10,00%	4.897.777,29
Artigo 8º, Inciso II, Alínea 'a'	25,00%	9.242.295,35	12,39%	5,00%	15,00%	20,00%	5.678.114,26
Artigo 8º, Inciso III	10,00%	5.606.981,42	7,52%	3,00%	10,00%	10,00%	1.853.223,39
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea 'b'	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	2,00%	5,00%	3.730.102,40
Total Renda Variável	35,00%	17.411.704,29	23,34%	8,00%	30,00%	45,00%	

Artigos - Exterior	Resolução Pró Gestão - Nível 1	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - Limite - 2020			GAP Superior
				Inferior	Alvo	Superior	
Artigo 9º - A, Inciso III	10,00%	59.472,20	0,08%	0,00%	0,00%	1,00%	686.548,28
Total Exterior	10,00%	59.472,20	0,08%	0,00%	0,00%	1,00%	



4.1. Instituições credenciadas:

BANCO	CATEGORIA	CNPJ	DATA DE INÍCIO	ÚLTIMA RENOVAÇÃO
BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	Administrador / Gestor	30.822.936/0001-69	04/10/2016	25/03/2020
Caixa Econômica Federal	Administrador / Gestor	00.360.305/0001-04	13/10/2016	25/03/2020
Itaú Unibanco S.A.	Administrador / Gestor	60.701.190/0001-04	11/05/2018	23/04/2020
Banco Bradesco S.A.	Administrador	60.746.948/0001-12	18/06/2018	28/05/2020
Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Administrador	00.066.670/0001-00	18/06/2018	28/05/2020
Bram Bradesco Asset Management S.A. - DTVM	Gestor	62.375.134/0001-44	18/06/2018	28/05/2020
Safrá Serviços de Administração Fiduciária LTDA	Administrador	06.947.853/0001-11	14/11/2019	14/11/2019
Banco J. Safra S. A.	Gestor	03.017.677/0001-20	14/11/2019	14/11/2019

Obs. O credenciamento do Safrá Serviços de Administração Fiduciária Ltda e Banco J. Safra S.A. não foi atualizado, razão pela qual não pode receber recursos do RPPS.

5. Parcelamentos Previdenciários

Constatamos ainda há existência dos seguintes parcelamentos:

Débitos Previdenciários - PATRONAL Exercício de 2016				
Competência	Termo de acordo	Valores Consolidados (F. Financeiro)	Valores Consolidados (F. Previdenciário)	Valores Consolidados (Total)
Março	677/2016 678/2016 (31/10/2016)	R\$ 837.285,05	R\$ 1.445.700,29	<u>R\$ 2.282.985,34</u>
Abril				
Maio				
Junho				
Julho				
Agosto				

Débitos Previdenciários - SERVIDOR Exercício de 2016				
Competência	Termo de acordo	Valores Consolidados (F. Financeiro)	Valores Consolidados (F. Previdenciário)	Valores Consolidados (Total)
Novembro	1641/2017	R\$ 557.359,35	R\$ 839.971,75	<u>R\$ 1.397.331,10</u>
Dezembro	1642/2017			
Décimo terceiro	(30/11/2017)			



Débitos Previdenciários - PATRONAL Exercício de 2018				
Competência	Termo de acordo	Valores Consolidados (F. Financeiro)	Valores Consolidados (F. Previdenciário)	Valores Consolidados (Total)
Agosto	29/2019 30/2019 (30/01/2019)	R\$ 1.242.054,33	R\$ 1.538.976,12	<u>R\$ 2.781.027,45</u>
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
Décimo Terceiro				

*Este parcelamento quitado no primeiro semestre de 2020

Débitos Previdenciários – PATRONAL Exercício de 2019				
Competência	Termo de acordo	Valores Consolidados (F. Financeiro)	Valores Consolidados (F. Previdenciário)	Valores Consolidados (Total)
Agosto	158/2020 159/2020 (21/02/2020)	R\$ 1.773.947,59	R\$ 2.320.885,86	<u>R\$ 4.094.833,45</u>
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
Décimo Terceiro				

Nota-se que a realização de parcelamentos é recorrente.

Em relação aos pagamentos, acusamos o seguinte:

- Parcelamentos **677/2016** e **678/2016**: que as parcelas 44/60 com vencimento 31/05/2020 e 46/60 com vencimento em 30/07/2020 foram quitadas com atraso, respectivamente, em 09/06/2020 e 04/08/2020;
- Parcelamentos **1641/2017** e **1642/2017**: que as parcelas 31/60 com vencimento 31/05/2020 foi quitada com atraso em 09/06/2020;
- Parcelamentos **29/2019** e **30/2019**: foram quitados em 09/01/2020;
- Parcelamentos **158/2020** e **159/2020**: que as parcelas 03/30 com vencimento 15/05/2020 e 05/30 com vencimento em 15/07/2020 foram quitadas com atraso, respectivamente, em 19/05/2020 e 03/07/2020.

6. Contribuições Previdenciárias

Diante do cenário de pandemia pelo Covid-19 foi editada Lei n.º 2.190 de 01/09/2020 que suspendeu a exigibilidade do repasse das contribuições



previdenciárias de competência patronal, com vencimento a partir do mês de março de 2020.

Quanto aos débitos previdenciários suspensos pela Lei n.º 2.190 de 01/09/2020 temos que foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em sua 3ª Reunião Extraordinária realizada em 29/01/2021, o parcelamento em 47 parcelas, com pagamento da primeira parcela em 15/02/2021.

Desta forma foram suspensas as seguintes contribuições:

DÉBITOS PATRONAL – FUNDO FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO (Pagamentos suspenso pela LEI Nº 2.190, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020)			
Competência	Data de Vencimento	Referência	Valor Originário
Março	20/04/2020	Patronal - FP	R\$ 447.491,49
Março (65%)	20/04/2020	Patronal - FF	R\$ 225.571,24
Abril	20/05/2020	Patronal - FF	R\$ 446.507,21
Abril	20/05/2020	Patronal - FP	R\$ 451.407,85
Maio	20/06/2020	Patronal - FF	R\$ 446.658,90
Maio	20/06/2020	Patronal - FP	R\$ 457.368,01
Junho	20/07/2020	Patronal - FF	R\$ 447.542,90
Junho	20/07/2020	Patronal - FP	R\$ 458.013,18
Julho	20/08/2020	Patronal – FF	R\$ 448.067,16
Julho	20/08/2020	Patronal - FP	R\$ 457.087,19
Agosto	20/09/2020	Patronal – FF	R\$ 447.447,46
Agosto	20/09/2020	Patronal - FP	R\$ 456.933,02
Setembro	20/10/2020	Patronal – FF	R\$ 453.747,51
Setembro	20/10/2020	Patronal - FP	R\$ 455.841,96
Outubro	20/11/2020	Patronal – FF	R\$ 446.772,80
Outubro	20/11/2020	Patronal - FP	R\$ 457.688,89
Novembro	20/12/2020	Patronal – FF	R\$ 448.422,09
Novembro	20/12/2020	Patronal - FP	R\$ 458.174,73
Décimo	30/12/2020	Patronal – FF	R\$ 449.753,09
Décimo	30/12/2020	Patronal - FP	R\$ 453.014,08
TOTAL			R\$ 8.813.511,46

Em relação as contribuições previdenciárias consignadas dos servidores, temos que as mesmas foram adimplidas através de sequestro dos valores correspondente ao FPM durante todo o semestre, restando para quitação as competências de outubro, novembro e décimo terceiro, conforme discriminado abaixo:



DÉBITOS DO SERVIDOR – FUNDO FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO			
Competência	Data de Vencimento	Referência	Valor Originário
Outubro	20/11/2020	Servidor - FF	R\$ 223.386,40
Novembro	20/12/2020	Servidor – FF	R\$ 448.422,09
Novembro	20/12/2020	Servidor - FP	R\$ 427.629,40
Décimo	30/12/2020	Servidor – FF	R\$ 449.753,79
Décimo	30/12/2020	Servidor - FP	R\$ 422.812,87
TOTAL			R\$ 1.972.004,55

(1) As contribuições previdenciárias consignados do servidor de competência outubro e novembro foram pagas em atraso no mês de janeiro.

(2) As contribuições previdenciárias consignados do servidor de competência do décimo terceiro teve sua quitação realizada com atraso no mês de fevereiro.

Em relação aos débitos remanescentes a Diretoria Executiva realizou a notificação de atraso e pedido de sequestro de FPM.

7. Taxa de Administração

A taxa de administração é calculada nos termos do art. 133 da Lei Complementar n.º 388/2015 até limite de até 2% do total da remuneração paga aos servidores ativos e inativos relativamente ao exercício anterior.

Valor mensal da Taxa de Administração: R\$ **166.924,18** (todos os entes empregadores).

Houve atraso no pagamento da Taxa de Administração pelo Município dos meses de ABRIL a DEZEMBRO, acumulando o valor de R\$ **1.464.017,22**.

O pagamento da taxa de administração pela Câmara Municipal obedeceu rigorosamente às datas dos repasses.

8. Base Cadastral Atualizada

A base de dados cadastrais do Itupeva Previdência, até 31/12/2020, conta com **1505** servidores ativos e **03** pensionistas:

Beneficiários cadastrados	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário	Total
Servidores ativos	633	849	1482
Servidores ativos CMI	9	14	23
Aposentados	0	0	0
Pensionistas	1	2	3



No período apurou-se a realização de censo previdenciários dos servidores ativos, sendo suspenso o atendimento presencial na repartição a partir do mês de março em decorrência da Pandemia pelo Coronavírus.

O cadastramento segue através do auto atendimento do servidor.

Os integrantes do Regime Próprio são exclusivamente titulares de cargos efetivos.

Não foram identificados pagamentos de aposentadorias e/ou pensões sem existência do regime próprio de previdência.

9. Servidores integrantes do Regime Próprio de Previdência

Atualmente o Itupeva Previdência conta com 02 servidores efetivos e 04 comissionados, todos cedidos pela Prefeitura, sendo que os 04 cargos comissionados compõem a Diretoria Executiva do Itupeva Previdência.

Todos os servidores apresentaram declaração de bens para a Diretoria Administrativa do Instituto (Art. 32 da Lei Complementar n.º 387 de 11/11/2015 – Estatuto dos Servidores Públicos).

Referente ao “AUDESP fase III atos de pessoal” foram enviados os arquivos mensais obrigatórios, a saber: cadastro de verbas remuneratórias, folha ordinária, resumo da folha, pagamento da folha ordinária e atos normativos.

A folha de pagamento dos servidores do Itupeva Previdência (incluindo férias e 2ª Parcela do Décimo Terceiro), assim se processou, não se verificando ganhos injustificados:

- Folha de Ativos:

Mês	Data do Crédito	Valor líquido
Julho	31/07/2020	R\$ 49.060,23
Agosto	31/08/2020	R\$ 37.086,08
Setembro	30/09/2020	R\$ 37.176,14
Outubro	29/10/2020	R\$ 37.970,50
Novembro	27/11/2020	R\$ 37.188,51
Dezembro	18/12/2020	R\$ 37.183,21
Décimo Terceiro	02/12/2020	R\$ 14.743,81



9.1. Remuneração dos Dirigentes

A remuneração dos Dirigentes do Itupeva Previdência está fixada na Lei Complementar n.º 388/2015 e 483/2020 e segundo pudemos apurar, não se constatou pagamentos maiores que os fixados.

9.2. Prestação de informações Audep Fase III exigidas no período:

Tipo de Documento	Mês	Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no prazo	Data de Entrega
Atos Normativos	Julho		Não houve alteração a ser informada		
	Agosto		Não houve alteração a ser informada		
	Setembro	05/10/2020	Sim	Não	07/10/2020
	Outubro		Não houve alteração a ser informada		
	Novembro		Não houve alteração a ser informada		
	Dezembro		Não houve alteração a ser informada		
Documento de cargo e documento de função (se houver)	Julho		Não houve alteração a ser informada		
	Agosto		Não houve alteração a ser informada		
	Setembro		Não houve alteração a ser informada		
	Outubro		Não houve alteração a ser informada		
	Novembro		Não houve alteração a ser informada		
	Dezembro		Não houve alteração a ser informada		
Verbas Remuneratórias	Julho		Não houve alteração a ser informada		
	Agosto		Não houve alteração a ser informada		
	Setembro		Não houve alteração a ser informada		
	Outubro		Não houve alteração a ser informada		
	Novembro		Não houve alteração a ser informada		
	Dezembro		Não houve alteração a ser informada		
Lotação de Agente Público (se houver)	Julho		Não houve alteração a ser informada		
	Agosto		Não houve alteração a ser informada		
	Setembro		Não houve alteração a ser informada		
	Outubro		Não houve alteração a ser informada		
	Novembro		Não houve alteração a ser informada		
	Dezembro		Não houve alteração a ser informada		
Folha Ordinária, Resumo da Folha e Pagamento da Folha	Julho	17/08/2020	Sim	Sim	05/08/2020
	Agosto	15/09/2020	Sim	Sim	08/09/2020
	Setembro	15/10/2020	Sim	Sim	05/10/2020
	Outubro	16/11/2020	Sim	Sim	06/11/2020
	Novembro	15/12/2020	Sim	Sim	08/12/2020
	Dezembro	15/01/2021	Sim	Sim	05/01/2021
Folha Suplementar - Pagamento	Julho		Não houve alteração a ser informada		
	Agosto		Não houve alteração a ser informada		
	Setembro		Não houve alteração a ser informada		
	Outubro		Não houve alteração a ser informada		
	Novembro		Não houve alteração a ser informada		
	Dezembro		Não houve alteração a ser informada		



Quadro de Pessoal (quadrimestre)	Julho	Não houve alteração a ser informada			
	Agosto	15/09/2020	Sim	Sim	11/09/2020
	Setembro	Não houve alteração a ser informada			
	Outubro	Não houve alteração a ser informada			
	Novembro	Não houve alteração a ser informada			
	Dezembro	15/01/2021	Sim	Sim	07/01/2021

Obs. Quanto ao item de *Atos Normativos* verificou-se que a alteração realizada no mês de setembro, com prazo de envio em 05/10/2020 não foi observado corretamente, sendo o arquivo processado 02 (dois) dias após o prazo. Tal se deu pelo incorreto uso do sistema Audesp, uma vez que o arquivo foi armazenado antes do prazo mencionado, contudo não foi indicado para conclusão corretamente.

Destaca-se, que o procedimento de armazenamento do Audesp é realizado em etapas. Neste caso, faltou a conclusão da última etapa.

10. Concessão de benefícios

O Art. 53 da Lei Complementar n.º 388/2015 elenca quais são os benefícios do regime próprio de previdência social do município do Itupeva.

Rol de benefícios da legislação municipal não diferia daqueles previstos no regime geral da previdência social, até a promulgação da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Necessário alteração legislativa para excluir o rol de benefícios da legislação municipal os benefícios de: salário maternidade, salário família, auxílio doença e auxílio reclusão.

Foi protocolado Projeto de Lei Complementar 564/2020 para regularizar o rol de benefícios do RPPS.

10.1. Benefícios Permanentes

Constatou-se a ocorrência da concessão do benefício de **PENSÃO POR MORTE**, conforme discriminado abaixo:

01	Número do processo de Origem	21-2/2020
	Servidor	Leandro Polli
	Órgão de origem	Prefeitura de Itupeva
	Número do Pis ou Pasep	12506637593
	Data do Ato Concessório	30/03/2020
	Portaria	04 de 30 de março 2020
	Beneficiário	Marcia Feros Gallego
	Valor do benefício	R\$ 4.103,26



02	Número do processo de Origem	36-0/2020
	Servidor	Oswaldo Roberto Texera
	Órgão de origem	Prefeitura de Itupeva
	Número do Pis ou Pasep	10836511074
	Data do Ato Concessório	07/06/2020
	Portaria	009 de 13/07/2020
	Beneficiário	Edilaine Giaretta Texera e João Lucas Giaretta Texera
	Valor do benefício	R\$ 2.866,89
03	Número do processo de Origem	41-0/2020
	Servidor	Sueli Maria Scarpanti Silva
	Órgão de origem	Prefeitura de Itupeva
	Número do Pis ou Pasep	120.21242.39-2
	Data do Ato Concessório	07/024/076/2020
	Portaria	012 de 06/08/2020
	Beneficiário	Alexandre Ferreira da Silva
	Valor do benefício	R\$ 2.912,11

- Folha de Pensionistas:

Mês	Data do Crédito	Valor líquido
Julho	31/07/2020	R\$ 8.478,95
Agosto	31/08/2020	R\$ 10.796,98
Setembro	30/09/2020	R\$ 9.455,15
Outubro	29/10/2020	R\$ 9.455,15
Novembro	30/11/2020	R\$ 9.455,15
Dezembro	18/12/2020	R\$ 9.455,15
Décimo Terceiro – 1ª parcela	30/11/2020	R\$ 2.946,50
Décimo Terceiro – 2ª parcela	18/12/2020	R\$ 3.443,18

Não houve concessão de benefícios de aposentadoria voluntária no período analisado, pois o RPPS encontra-se em período de carência. A concessão de benefícios previdenciários passará a ocorrer a partir de fevereiro de 2021, conforme determina o art. 215 da Lei Complementar n.º 388/2015.

Não houve aposentadoria compulsória ou invalidez permanente (exceção à regra).

Verificamos que a Autarquia já elaborou o mapeamento dos processos de concessão de aposentadorias e pensões, estando de acordo com a legislação. Para fins de atendimento ao Manual de Boas Práticas do Pró-Gestão, o RPPS está desenvolvendo o Manual para concessão de benefícios previdenciários.



10.2. Benefícios Temporários

A Emenda Constitucional n.º 103 de 12 de novembro de 2019 alterou o plano de benefícios dos Regimes Próprios de Previdência, podendo a partir desta data apenas conceder benefícios de Aposentadoria e Pensão.

Desta forma, após 13/11/2019 os servidores em gozo de auxílio doença e salário maternidade passaram a ser de responsabilidade do ente. Contudo, não obstante a regra federal é necessário a adequação da legislação municipal sobre a matéria.

Foi protocolado Projeto de Lei Complementar 564/2020 para regularizar o rol de benefícios do RPPS.

11. Certificado de Regularidade Previdenciária

O CRP do Município esteve em vigor até 18.09.2020.

Foram encaminhados os demonstrativos previstos na Portaria MPS nº 402/08 à Secretaria de Previdência Social.

Não foi constatado o atendimento a todos os requisitos necessários à sua renovação, existindo critérios irregulares para o RPPS de Itupeva junto à Secretaria de Previdência – MF. Irregularidade nos repasses.

12. Compensação Previdenciária

Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Previdência Social, com interveniência do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para operacionalização da Compensação Previdenciária. A data de assinatura e vigência do acordo é de 05/03/2018, com publicação no DOU em 07.03.2018 p. 104.

Não foram realizados processos de Compensação Previdenciária no período tendo em vista a inexistência de aposentados e pensionistas.

As pensões concedidas no ano de 2020 foram decorrentes de morte de servidor ativo, não fazendo jus a compensação previdenciária.



13. Atuarial

Foi realizado estudo atuarial com base de dados de 31/12/2019 para o ano de 2020 e não houve recomendação no parecer atuarial quanto a implantação de alíquota complementar.

O RPPS já alterou alíquota para 14% o que ocasionou significativo superávit atuarial. Isto pois, havia recentemente reformulado seu plano de custeio com nova data para a segregação (Lei Complementar n.º 440, de 25 de setembro de 2018).

14. Licitações e Contratos

14.1. Licitações

No período analisado foram realizadas compras na modalidade de dispensa de licitação (compra direta).

Formalização de processos: Todas as contratações foram devidamente autuadas de acordo com a Lei 8666/93, bem como foram apresentadas ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal.

No dia 28/08/2020 houve licitação na modalidade carta convite e no dia 04/09/2020 a abertura das propostas de preços, conforme abaixo:

Contratado	Objeto Simplificado	Carta Convite	Início	Valor Mensal
Universalprev Software e Consultoria Ltda	Contratação de empresa para serviços de locação de sistema integrado de gestão previdenciária	002/20	15/09/20	R\$ 2.900,00

Prestação de informações Audep Fase IV da licitação:

- Código da licitação no sistema: 2020000000016;
- Código do ajuste (contrato) no sistema: 2020000000015.

14.2. Aditivos contratuais

Formalização de processos: Todas as prorrogações foram devidamente autuadas de acordo com a Lei 8666/93, bem como foram apresentadas ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal.



	Processo Administrativo	Valor Global	Início do Contrato	Data da Prorrogação	Período Prorrogado	Período Acumulado ao final
	Credor		Objeto Simplificado			
01	Proc. 21/2016	R\$ 1.332,96	11/07/2016	10/07/2021	12 meses	60 meses
	Grifon Brasil Assessoria Ltda Epp		Prestação de serviços técnicos especializados em administração pública, mediante sistema de assinatura			
02	Proc. 81/2019	R\$ 3.204,38	02/12/2019	01/12/2020	12 meses	24 meses
	Porta 80 Serviços em Internet Ltda Epp		Hospedagem de site			
03	Proc. 49/18	R\$ 16.200,00	26/12/2018	25/12/2020	12 meses	36 meses
	Crédito & Mercado		Consultoria especializada no mercado financeiro			

15. Adiantamentos

Foi editado Resolução n.º 06 de 21 de outubro de 2019, adotando na íntegra a legislação municipal que trata de adiantamento de despesas (Lei n.º 1.978, de 27 de dezembro de 2013 e posteriores alterações).

✓ **Não** foram realizados no período em análise adiantamentos.

16. Regularidade Fiscal

Constatou-se que o RPPS possui todas as Certidões de regularidade fiscal.

Documento	Emissão	Validade
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	20/08/2020	15/02/2021
Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	04/01/2021	29/01/2021
Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Tributos Federais e a Dívida Ativa da União	18/01/2021	17/07/2021
Certidão de Tributos Estaduais	20/08/2020	16/02/2021

17. Denúncias / Representações / Expedientes

Não chegou ao nosso conhecimento a existência de Denúncias ou Representações.

Contatou-se a existência de canal de ouvidoria disponível no sitio oficial:
<https://previdencia.itupeva.sp.gov.br/ouvidoria/>



17.1 Processos junto ao TJ/SP

Não foi identificado processo judicial no período de análise.

18. Transparência

A autarquia possui os seguintes instrumentos para informar os segurados quanto aos seus atos de gestão:

- a) Sítio oficial: previdencia.itupeva.sp.gov.br;
- b) Rede Social: <https://www.facebook.com/itupevaprevidencia/>;
- c) WhatsApp Institucional: 11 45918168.

Há veiculação de boletim informativo, com os resumos dos atos de gestão, quadrimestralmente.

Os demonstrativos financeiro e orçamentário de receita e despesa previdenciária são publicados mensalmente no sítio oficial.

19. Conselhos Deliberativo e Conselho Fiscal.

No período examinado, ocorreu Reunião Ordinária dos Conselhos Deliberativo e Fiscal devidamente lavrada em Ata própria, donde se extrai a aprovação, por unanimidade, de todos os atos praticados pela Unidade Gestora e que estão disponíveis para consulta no sítio oficial do RPPS. (<https://previdencia.itupeva.sp.gov.br/>)

As Demonstrações Financeiras do período em exame foram aprovadas por unanimidade pelos pares do Conselho Fiscal e Deliberativo.

Há participação de representantes dos servidores nos colegiados e instâncias de decisão, sendo os mesmos paritários.

As reuniões se deram virtualmente nos meses junho a dezembro, sendo editada Portaria pelo Conselho Deliberativo sobre a nova modalidade de reunião durante o período de pandemia pelo Coronavírus.



20. PRÓ-GESTÃO

Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS Nº 185/2015, alterada pela Portaria MF N 577/2017 e aprovada Portaria SPREV Nº 3/2018, de 30/04/2019)

O termo de adesão ao Programa de Certificação Pró-Gestão foi encaminhado em 31.01.2020, com devolutiva da Secretaria de Previdência realizada no dia 14.02.2020.

Empresa certificadora contratada: ICQ Brasil. Relatório de auditoria documental concluído em 01.06.2020

O Itupeva Previdência passou por autoria e obteve a CERTIFICAÇÃO DE NÍVEL I em 17/09/2020.

21. CONCLUSÃO

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos relatados nos itens deste relatório.

Recomendando que:

- a) Seja cumprido a rigor as prestações de informações no sistema AUDESP;
- b) Observe a fiel cronologia da ordem de pagamentos;
- c) Refaça anualmente o Estudo Atuarial do Instituto;
- d) Realize todos os meios de cobrança necessários para o recebimento das contribuições previdenciárias, bem como dos parcelamentos existentes;
- e) Promova melhor gestão na realização de parcelamentos face a recorrência destes;
- f) Promover alteração da legislação municipal em relação ao rol dos benefícios previdenciários;
- g) Inviabilidade de investimentos no Banco Safra por falta de renovação do credenciamento.

Itupeva, 28 de maio de 2021.

MARIA JOSE DOS SANTOS PAZ
Controladora Geral do Município

Encaminhado aos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal do Itupeva Previdência, para a apreciação.